

EDITORIAL*

Retrospectiva 2019 do setor energético

O ano de 2019 iniciou com grandes expectativas em relação ao novo governo. A nova gestão, com visão de livre iniciativa, gerou esperanças de abertura de mercado, redução do intervencionismo estatal e retomada do crescimento econômico.

No setor energético, os desejos eram pela continuidade da revisão do marco legal já iniciada e com bons resultados, além da ampliação da concorrência e competividade em segmentos concentrados e monopolizados.

Apesar das dificuldades iniciais na aprovação de reformas políticas prioritárias e a despeito de o crescimento econômico do primeiro ano do novo comando ter ficado aquém do projetado, as iniciativas de reformas regulatórias no setor energético tiveram continuidade e já foi possível ver resultados positivos.

A manutenção do calendário de leilões de petróleo se mostrou importante para movimentar a cadeia do setor petrolífero, ainda que os resultados alcançados em 2019 tenham ficado abaixo das expectativas. O ano encerrou com um total de quatro certames para a exploração de petróleo e gás natural - a 16ª Rodada de Licitação de Blocos (sob o regime de concessão), o 1º Ciclo da Oferta Permanente, a 6ª Rodada de Partilha de Produção, e a Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa.

O leilão mais aguardado foi o do Excedente da Cessão Onerosa, considerado o maior já realizado no mundo, em função dos valores dos bônus de assinatura e dos investimentos necessários ao desenvolvimento dos ativos. O leilão, apesar de ter causado certa frustração em relação à expectativa, arrecadou o montante de quase R$ 70 bilhões (cerca de 66% dos R$ 106 bilhões ofertados).

Os resultados da 6ª Rodada de Partilha de Produção também ficaram abaixo do esperado, com arremate de uma oferta dentre as cinco áreas disponíveis, o que fez aumentarem as discussões sobre a capacidade de atração de investimento do modelo de partilha de produção, adotado nas áreas do pré-sal.

Os avanços nos desinvestimentos da Petrobras, com a venda de US$ 21,3 bilhões em ativos em 2019[1], representaram um passo importante rumo ao aumento da concorrência. Entre os destaques estão as vendas da Liquigás, BR Distribuidora e Transportadora Associada de Gás (TAG), além de campos *onshore* e *offshore*. Também cabe destacar que já foi dado início às vendas de 50% da capacidade de refino controlada pela estatal. As vendas de refinarias em conjunto com a da BR Distribuidora prometem alterar o comportamento do mercado de combustíveis, aumentando a competição e pressionando os preços em benefício do consumidor final.

As privatizações também foram pauta do setor elétrico, com ampla discussão sobre a desestatização da Eletrobras, apesar de os avanços serem mais lentos. Em novembro, o governo encaminhou ao Congresso o projeto de lei que trata do assunto, com a expectativa de realizar o processo de abertura de capital da estatal no 2º semestre de 2020, a depender da deliberação dos congressistas.

A abertura de capital da estatal para que o Estado deixe de ser o sócio majoritário da empresa, transformando-a numa empresa privada, é vista de forma bastante positiva pelo mercado, uma vez que as privatizações blindam as decisões da companhia contra interferências políticas, conferem maior eficiência ao mercado, aumentam o valor dos ativos e promovem o desejado crescimento econômico. Contudo, a atração de investidores requer estabilidade regulatória e segurança jurídica, o que ainda precisa se consolidar definitivamente no país.

O grande assunto de 2019 no setor elétrico foi a geração distribuída, em especial a de energia solar, em função da revisão da Resolução Normativa nº 687/2015. A modernização do setor também foi destaque. A criação do Grupo de Trabalho da Modernização do Setor Elétrico garantiu a continuidade das propostas apresentadas por meio da Consulta Pública MME 33/2017.

O trabalho do GT resultou em um plano de ação desdobrado em 15 frentes de atuação. O objetivo da proposta é aprimorar as regras desse mercado garantindo maior governança, estabilidade regulatória e jurídica, e previsibilidade. As alterações são necessárias para que o setor se adapte às novas tecnologias, que avançam mais rápido do que a regulação.

O balanço do ano demonstra que o governo se manteve fiel aos compromissos de buscar a ampliação da concorrência no setor energético. Para 2020, podemos esperar a continuação das reformas e o aumento da participação de investimento privado, o que promete acelerar a retomada do crescimento, alimentando o círculo virtuoso da economia brasileira.

A última edição de 2019 do **Boletim de Conjuntura do Setor Energético da FGV Energia** traz uma

[1] https://petroleohoje.editorabrasilenergia.com.br/desinvestimentos-da-petrobras-estouram-em-2019/

retrospectiva último ano nos mercados de energia, na visão dos pesquisadores do centro de pesquisa da FGV. Na primeira coluna, Pedro Gonçalves e Daniel Lamassa analisam os acontecimentos de 2019 no setor de Petróleo & Gás, trazendo uma atualização dos programas governamentais. Em seguida, Tamar Roitman discute sobre as pautas relevantes do ano para os biocombustíveis e a mobilidade elétrica. Na terceira coluna deste mês, Adriana Gouvêa, Felipe Gonçalves e Gláucia Fernandes abordam os desafios vividos pelo setor elétrico em 2019 e as oportunidades para 2020.

* Este texto não deve ser citado como representando as opiniões da Fundação Getulio Vargas (FGV). As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente da equipe de pesquisadores do grupo FGV Energia.